

Demonstrações Financeiras

2021



QIS Certification Services



PROGRAMA
SELO
IGUALDADE
RACIAL
PREFEITURA DE SÃO PAULO

empresa
limpa
PELA INTEGRIDADE
E CONTRA A CORRUPÇÃO





SUMÁRIO

Balanço Patrimonial	02
Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	03
Demonstração do Resultado Abrangente - DRA	03
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL	04
Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	05
Notas Explicativas	06
1. Contexto operacional	06
2. Base de elaboração e apresentação	07
3. Principais políticas contábeis	09
4. Aplicações financeiras	10
5. Contas a receber	10
6. Tributos a recuperar/compensar	11
7. Adiantamentos	12
8. Despesas antecipadas	12
9. Imobilizado e intangível	12
10. Obrigações trabalhistas	14
11. Fornecedores	15
12. Obrigações tributárias	16
13. Arrendamentos a pagar	16
14. Outras contas a pagar	17
15. Patrimônio líquido	17
16. Receita operacional	18
17. Custo com pessoal e pró-labore	18
18. Custo com amortização	18
19. Custo com ocupação	19
20. Outros custos	19
21. Despesa com pessoal e pró-labore	20
22. Despesa com serviços de terceiros	20
23. Despesa com ocupação	21
24. Despesas gerais	21
25. Despesa com depreciação e amortização	22
26. Outras receitas e despesas operacionais	22
27. Resultado financeiro	23
28. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	23
29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	24
30. Seguros	25
31. Informações complementares de interesse público - Lei nº 13.303/2016	25
32. Eventos subsequentes	25
Relatório dos Auditores Independentes	26
Aprovação do Conselho de Administração	30
Parecer do Conselho Fiscal	31

Observação: Todas as referências às notas explicativas nas demonstrações possuem *hiperlinks*.



Balanço Patrimonial

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		12.701.944	9.995.258
Aplicações financeiras	4	6.355.187	7.660.897
Contas a receber	5	6.252.941	1.851.595
Tributos a recuperar/compensar	6	9.796	438.513
Adiantamentos	7	30.878	7.097
Despesas antecipadas	8	53.142	37.156
Não Circulante		746.402	940.374
Realizável a longo prazo		91.860	91.860
Tributos a recuperar/compensar	6	91.860	91.860
Imobilizado e intangível	9	654.543	848.515
Total do Ativo		13.448.346	10.935.632
PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		2.851.250	1.850.810
Obrigações Trabalhistas	10	1.086.029	787.894
Fornecedores	11	146.433	41.102
Obrigações Tributárias	12	1.340.672	793.000
Arrendamentos a pagar	13	196.795	196.414
Outras contas a pagar	14	81.321	32.401
Não Circulante		497.483	460.807
Obrigações Tributárias	12	178.355	-
Arrendamentos a pagar	13	319.128	460.807
Total do Passivo		3.348.733	2.311.617
Patrimônio Líquido	15	10.099.613	8.624.015
Capital social	15	20.000.000	20.000.000
Capital social a integralizar	15	(7.300.000)	(7.300.000)
Lucros/prejuízos acumulados	15	(2.600.387)	(4.075.985)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		13.448.346	10.935.632



Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

	N.E.	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentada
Receita com prestação de serviços	16	13.439.169	11.776.972
Tributos sobre serviços prestados	16	(1.915.081)	(1.678.219)
Receita operacional líquida		11.524.088	10.098.753
Custo com pessoal	17	(4.932.725)	(4.878.100)
Custo com pró-labore	17	(1.053.856)	(550.262)
Custo com amortização	18	(108.225)	(91.827)
Custo com ocupação	19	(67.884)	(93.888)
Outros custos	20	(178.080)	(165.867)
Resultado operacional bruto		5.183.318	4.318.809
Despesas com pessoal	21	(1.340.146)	(1.480.527)
Despesas com pró-labore	21	(1.634.161)	(1.409.664)
Despesas com serviços de terceiros	22	(212.805)	(303.874)
Despesa com ocupação	23	(55.172)	(85.039)
Despesas gerais	24	(78.074)	(83.438)
Despesa com depreciação e amortização	25	(129.445)	(126.070)
Outras receitas/despesas operacionais	26	16.634	(58.086)
Resultado operacional antes do financeiro		1.750.149	772.111
Receitas financeiras	27	209.968	201.456
Despesas Financeiras	27	(48.413)	(110.481)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		1.911.704	863.086
IRPJ	28	(306.089)	(118.978)
CSLL	28	(130.017)	(51.783)
Resultado líquido do exercício		1.475.598	692.324

Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

	31/12/2021	31/12/20120
Resultado do exercício	1.475.598	692.324
Resultado abrangente do exercício	1.475.598	692.324



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

	Capital Social	Capital social a integralizar	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019	20.000.000	(7.300.000)	(4.768.309)	7.931.691
Resultado do exercício	-	-	692.324	692.324
Em 31 de dezembro de 2020	20.000.000	(7.300.000)	(4.075.985)	8.624.015
Resultado do exercício	-	-	1.475.598	1.475.598
Em 31 de dezembro de 2021	20.000.000	(7.300.000)	(2.600.387)	10.099.613



Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	1.475.598	692.324
Depreciações e amortizações	237.671	217.897
a) Total	1.713.268	910.221
Aumento/Redução - Ativos Circulante e Não circulante		
Clientes	(4.401.346)	(1.707.026)
Impostos a recuperar	428.717	306.361
Adiantamentos	(23.781)	6.643
Despesas do exercício seguinte	(15.986)	17.866
Aumento/Redução - Passivos Circulante e não circulante		
Obrigações trabalhistas	298.135	(48.503)
Fornecedores	105.331	(39.852)
Obrigações tributárias	726.027	582.473
Outras contas a pagar	48.920	20.199
Provisão para contingência	-	(19.884)
b) Total	(2.833.982)	(876.185)
(a+b) Caixa Líquido gerado (aplicado) - atividades operacionais	(1.120.714)	34.036
Fluxo de Caixa das atividades de Investimento		
Adições de Imobilizado e Intangível	(46.229)	(971.195)
Baixas de Imobilizado e Intangível	2.530	3.723
c) Caixa Líquido gerado nas atividades de Investimento	(43.699)	(967.472)
Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento		
Arrendamentos a pagar	5.520	832.777
Amortização de principal - arrendamento	(192.444)	(118.768)
Amortização de encargos financeiros de arrendamento	45.627	(56.788)
d) Caixa Líquido gerado nas atividades de Financiamento	(141.297)	657.221
Recebimentos para aumento de capital		
(a+b+c+d) Aumento/Redução do capital circulante líquido	(1.305.710)	(276.215)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.660.897	7.937.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.355.187	7.660.897



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A São Paulo Parcerias S.A. (SP Parcerias ou Companhia), situada na Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, cj. 25C, Centro Histórico de São Paulo/SP, teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 14.517/2007. É uma sociedade de economia mista integrante da Administração Indireta do Município de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo, e regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), seu Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

Sua atividade finalística precípua é a de estruturar e desenvolver projetos de concessões e parcerias público-privadas, bem como alienar ativos municipais, prestando serviços de consultoria e assessoria técnico-especializada, em especial, para a viabilização do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, que contemplam um rol de serviços e ativos que podem ser transferidos à iniciativa privada em prol da desoneração dos cofres públicos e da melhoria da qualidade dos serviços prestados à população paulistana.

Fechamos o ano de 2021 com 5 contratos de Concessões e PPPs assinados e outros 3 em ritos de assinatura, cujos benefícios totais diretos e indiretos somam aproximadamente 6 bilhões de reais.

Ressalta-se que no referido exercício foram firmados novos contratos com as Secretarias Municipais de Governo e de Educação para a assessoria, por parte da SPP, em projetos inovadores e de grande impacto social, econômico e ambiental, incluindo, por exemplo, a melhoria do sistema educacional público com a construção, operação e manutenção de diversos Centros Educacionais Unificados (CEUs); para locações e moradias sociais na região central da cidade em prol da população de rua, no âmbito da Política Municipal de Habitação (PMH); e na seara do Programa Municipal de Energia Limpa, para a geração distribuída, que trará eficiência energética em um piloto de instalação de usinas da energia solar fotovoltaica em prédios que abarcam Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e outras instalações públicas. Tais novos contratos geram uma estimativa de receita de R\$ 39.393.178 para a SP Parcerias ao longo de vinte e quatro meses.

Além da inegável excelência na prestação de serviços de estruturação e modelagem dos projetos, em 2021, a Companhia ampliou significativamente suas atividades com a criação da área de Gestão de Contratos das Parcerias, cuja finalidade consiste no apoio à gestão e fiscalização e ao gerenciamento da execução das concessões e parcerias público-privadas firmadas pela municipalidade com os particulares, no intuito de ser verificado o cumprimento de todos os requisitos legais, editalícios e contratuais pactuados.

Diante de todo empenho, a Companhia apresentou lucro de R\$ 1.475.597,67 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos), 113% maior que no ano anterior e reduziu seus prejuízos acumulados em mais de 36%.



2. Base de elaboração e apresentação

2.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras seguiram as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no que tange à sua escrituração e elaboração, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como os princípios do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas por meio das notas explicativas, e correspondem às mesmas informações utilizadas pela administração na gestão da SP Parcerias.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de março de 2022, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional

Essas demonstrações são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis, que são realizadas continuamente, são reconhecidas no período de realização e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.5. Mudança de política contábil

Em função de reclassificações entre as rubricas de custos e despesas, a Demonstração de Resultado do Exercício de 2020 está sendo reapresentada para fins de comparabilidade com o exercício de 2021. Ressalta-se que tais reclassificações não modificaram o resultado do ano anterior.



3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são compostos por recebíveis, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Recebíveis

Esses ativos abrangem contas a receber e outros créditos. São mensurados inicialmente pelo valor justo na data em que foram originados, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São reconhecidas perdas estimadas de créditos com base em experiências anteriores e na análise individual do saldo a receber de cada cliente.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, reconhecidos na data de sua negociação.

Aplicações Financeiras

Abrangem aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, as quais são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a SP Parcerias se torna parte de disposições contratuais. Os passivos financeiros da Companhia são compostos por fornecedores, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras contas a pagar. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente. Os demais passivos são mensurados pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis.



3.2. Ativo imobilizado e intangível

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas a depreciação/amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em função do desgaste ou uso, estes itens são depreciados/amortizados pelo método linear, baseado em sua vida útil econômica. As vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Ativos arrendados são amortizados pelo período mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis.

Em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a SP Parcerias avalia seus ativos imobilizados, individualmente, quando há indícios de sua desvalorização e, anualmente, seus ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo é comparado com o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda.

Os bens são baixados quando não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

3.3. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e se for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A provisão para contingência é determinada pela administração, de acordo com a expectativa de perda com base na opinião de seus assessores jurídicos, por montantes considerados suficientes para cumprir com a obrigação. Atualmente, a SP Parcerias não é parte em nenhum processo judicial.

3.4. Receita de contrato com cliente

A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação, a qual a SP Parcerias espera receber pela transferência do serviço contratado ao cliente, que ocorre mediante a entrega dos "produtos" previstos em contrato.

Os preços dos serviços têm como base os valores previstos nos instrumentos contratuais.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real anual, segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o excedente de R\$ 240mil, no caso do IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável, no caso da CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.



3.6. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e apresentada em conformidade com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7. Demonstração do resultado abrangente

Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não são derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

4. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil, lastreadas em Títulos do Governo Federal, com o objetivo de atender a Prefeitura Municipal de São Paulo. A rentabilidade é proporcionada de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, concentrando as aplicações em ativos e operações de renda fixa (exclusivamente com Títulos Públicos Federais e/ou operações compromissadas lastreadas por esses títulos). A rentabilidade em 2021 foi de 2,05% e em 2020, 2,59%.

5. Contas a receber

Refere-se à valores a receber oriundos de transações com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes (a)	1.148.656	1.407.975
Serviços executados a faturar (b)	5.104.285	443.620
Total	6.252.941	1.851.595

Os saldos apresentados são compostos por valores a receber da Secretaria de Governo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, conforme detalhado abaixo:

a. Clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Secretaria de Governo Municipal	242.416	1.407.975
Secretaria Municipal de Educação	906.240	-
Total	1.148.656	1.407.975



b. Serviços executados a faturar

	31/12/2021	31/12/2020
Secretaria de Governo Municipal	3.908.905	443.620
Secretaria Municipal de Educação	1.195.380	-
Total	5.104.285	443.620

A SP Parcerias não constituiu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, pois com base na análise do histórico dos clientes, os títulos normalmente são liquidados em até 30 (trinta) dias a contar da data de emissão da nota fiscal.

6. Tributos a recuperar/compensar

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar/compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retenções de clientes, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente.

No exercício de 2021, foram compensados/recuperados mais de R\$ 431.300 em impostos e contribuições.

a. Circulante

	31/12/2021	31/12/2020
ISS a recuperar	7.202	19.117
IRRF sobre aplicação financeira	2.583	-
INSS a recuperar	11	150.836
IRPJ antecipado	-	201.268
CSLL antecipada	-	45.250
COFINS a recuperar	-	18.110
PIS a recuperar	-	3.932
Total	9.796	438.513

b. Não circulante

O saldo de R\$ 91.860 refere-se à INSS a recuperar.



7. Adiantamentos

A rubrica é composta substancialmente pelo pagamento antecipado de férias gozadas em janeiro/2022 (R\$ 30.257), conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

8. Despesas antecipadas

A rubrica é composta por valores referentes às despesas de condomínio (R\$ 5.664) e vale-refeição (R\$ 26.175) de janeiro/2022, cujos faturamentos ocorrem no mês imediatamente anterior à realização da despesa, prêmios de seguros a apropriar (R\$ 21.183) e assinaturas de jornais e revistas (R\$ 120). O aumento em 2021 decorre, substancialmente, da recomposição do quadro de pessoal, o que refletiu no aumento dos gastos com vale-refeição.

9. Imobilizado e intangível

Composição dos Saldos	31/12/2020			31/12/2021		
	Vida útil (em anos)	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Perda por redução ao valor recuperá-	Valor Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	122.309	147.188	(55.091)	-	92.097
Equipamentos de informática	3 a 5	16.030	35.123	(24.185)	-	10.938
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	8.799	16.783	(3.394)	(3.208)	10.181
Móveis e utensílios	15	55.573	272.706	(138.044)	(88.689)	45.973
Direito de uso de ativo	1**	1.201	4.631	(3.473)	-	1.158
Direito de uso de imóvel	5**	616.949	771.187	(308.475)	-	462.712
Licença de uso de software	1	27.654	40.394	(8.910)	-	31.484
Total		848.515	1.288.012	(541.572)	(91.897)	654.543

Movimentação do Custo	Vida útil (em anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	147.188	-	-	147.188
Equipamentos de informática	3 a 5	95.213	4.723	(64.813)	35.123
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	14.367	2.416	-	16.783
Móveis e utensílios	15	274.364	-	(1.658)	272.706
Direito de uso de ativo	1**	4.802	4.631	(4.802)	4.631
Direito de uso de imóvel	5**	771.187	-	-	771.187
Licença de uso de software	1	63.759	34.459	(57.824)	40.394
Total		1.370.880	46.229	(129.097)	1.288.012



Movimentação da depreciação	Vida útil (em anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	24.880	30.211	-	55.091
Equipamentos de informática	3 a 5	64.776	8.146	(48.736)	24.185
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	2.360	1.034	-	3.394
Móveis e utensílios	15	129.634	9.288	(878)	138.044
Direito de uso de ativo	1**	3.602	4.490	(4.618)	3.473
Direito de uso de imóvel	5**	154.237	154.237	-	308.475
Licença de uso de software	1	20.526	30.264	(41.880)	8.910
Total		400.014	237.671	(96.112)	541.572

Movimentação da perda por redução ao valor recuperável	Vida útil (em anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	-	-	-	-
Equipamentos de informática	3 a 5	14.407	-	(14.407)	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	3.208	-	-	3.208
Móveis e utensílios	15	89.157	-	(468)	88.689
Direito de uso de ativo	1**	-	-	-	-
Direito de uso de imóvel	5**	-	-	-	-
Licença de uso de software	1	15.579	-	(15.579)	-
Total		122.352	-	(30.454)	91.897

* Corresponde ao prazo entre a aquisição do bem/serviço e o término do contrato de locação do imóvel.

** Estabelecida com base na vigência do contrato de locação.

Arrendamentos

As rubricas "direito de uso de ativo" e "direito de uso de imóvel" estão relacionadas aos contratos de locação de impressoras e locação do imóvel utilizado como sede da Companhia, respectivamente.

Cabe ressaltar que, embora o CPC 06 possua o título "Arrendamentos", sua aplicação deve ser realizada aos contratos, ou partes de contratos, que transfiram o direito de usar um ativo por um período em troca de contraprestação, como ocorre nos contratos supracitados.

A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor.



Estudo de vida útil

Após a realização do inventário de bens, quando foram levantados dados acerca da localização física, estado de conservação e expectativa de uso, a Companhia elaborou estudo de vida útil, no qual, para identificação de possíveis ajustes nas vidas úteis dos bens, foram analisadas a influência do regime de trabalho e o tipo de manutenção.

Não foram identificados ativos com vida útil a ser ajustada, uma vez que, em sua maior parte, a condição de trabalho é leve ou normal e as condições de manutenção são normais.

Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

Observando o disposto no parágrafo 3º, art. 183 da Lei Federal nº 6.404/1976 e o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos que possam indicar desvalorização ou perda do seu valor recuperável.

Em conformidade com o item 8 do CPC 01, a SP Parcerias não realizou o teste de *impairment* dos itens do seu imobilizado por não haver indícios de desvalorização.

Já em relação aos itens do intangível, aplicou o teste de recuperabilidade às licenças de uso de softwares com vidas úteis indeterminadas, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado para estimativa do valor em uso, em consonância com o item 10 do referido CPC.

A definição do valor em uso envolve a utilização de premissas e julgamentos sobre os fluxos de caixa futuros, os quais representam a melhor estimativa da Companhia, consignadas no Compromisso de Desempenho Institucional (CDI).

Baseando-se no teste realizado, não foram identificadas perdas, considerando que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil ao final de 2021.

10. Obrigações trabalhistas

O aumento no valor das obrigações trabalhistas está relacionado à recomposição do quadro de colaboradores e à criação da área de Gestão de Contratos das Parcerias, que foram realizadas em função da assinatura de novos contratos com clientes e consequente aumento na demanda de serviços.

	31/12/2021	31/12/2020
Férias a pagar	515.669	416.907
INSS sobre folha a recolher	193.246	128.797
Encargos sobre férias a pagar	170.157	137.303
Férias de diretores a pagar	92.500	-
Reembolso de cessão a pagar	68.365	70.991
FGTS a recolher	46.093	33.895
Total	1.086.029	787.894



A provisão para férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data do encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais.

11. Fornecedores

O saldo de fornecedores registrado no valor de R\$ 146.433 é composto pelas movimentações anuais de inclusão de notas fiscais de aquisição de produtos e serviços e baixas pelos pagamentos ao longo do exercício.

O referido saldo está detalhado abaixo:

	Valor
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.	57.517
PROMAP Topografia Ltda.	20.000
Xerografia Informática Ltda.	18.924
Tecnetworking Serviços e Soluções em TI Ltda.	15.210
Two Cloud Serviços de Informática EIRELI	8.460
EMC Tecnologia Ltda.	7.430
J.A. Silva Serviços de Engenharia	4.696
BNP Serviços de Informática Ltda.	3.754
Andorinha Serviços Operacionais EIRELI	3.155
Algar Soluções em TIC S.A.	2.049
Central Comunicações Ltda.	1.848
Fornecedores diversos	1.773
Staff Auditoria & Assessoria	1.617
Total	146.433



12. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a recolher	232.424	104.887
IRRF sobre salários e pró-labore a recolher	144.535	111.122
PIS a recolher	50.360	22.728
CSLL a recolher	45.869	124.409
ISS a recolher	32.749	74.964
CSRF sobre serviços tomados a recolher	458	78
ISS retido sobre serviços tomados a recolher	381	172
INSS retido sobre serviços tomados a recolher	226	367
IRRF sobre serviços tomados a recolher	60	25
IRPJ a recolher	-	158.812
PIS diferido (a)	103.174	30.905
COFINS diferida (a)	475.224	142.351
ISS diferido (b)	255.214	22.181
Total	1.340.672	793.000

O acréscimo em relação ao ano anterior é reflexo do aumento das receitas, conforme nota explicativa nº 16.

- Conforme o art. 7º da Lei Federal nº 9.718/1998, no caso de serviços prestados à pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, o pagamento das contribuições de PIS e COFINS poderá ser diferido até a data do recebimento. Dessa forma, a SP Parcerias difere os referidos tributos por ocasião da entrega dos produtos e os reclassifica como tributos a recolher no momento do efetivo recebimento de seus clientes.
- Por sua vez, o ISS é diferido na entrega dos produtos até a data da emissão da nota fiscal, quando há a reclassificação como ISS a recolher.

13. Arrendamentos a pagar

Conforme mencionado na nota nº 9, os arrendamentos incluem os contratos de locação de impressoras e locação do imóvel utilizado como sede da Companhia, e tem como base o CPC 06.

No exercício de 2021, a SP Parcerias reconheceu despesas com arrendamentos no montante de R\$ 205.243, sendo R\$ 158.727 referentes às amortizações dos direitos de uso e R\$ 45.516 correspondentes aos encargos financeiros.

Pagamentos mínimos	2022	2023	2024	Total
Arrendamentos a pagar	204.640	187.200	187.200	579.040
Encargos financeiros	(33.989)	(21.357)	(7.770)	(63.116)
Total	170.651	165.843	179.430	515.924



14. Outras contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Garantias contratuais (a)	52.718	4.391
Ações judiciais (b)	19.884	19.884
Condomínio	5.664	5.664
Energia elétrica	2.944	2.463
Seguros	112	-
Total	81.321	32.401

a. Garantias contratuais

A rubrica é composta por valores correspondentes ao importe de 5% do valor de contratos firmados com fornecedores, nos termos do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016, cujo objetivo é assegurar indenização por eventuais prejuízos causados pelas empresas contratadas.

Os valores recebidos a título de garantia contratual são atualizados monetariamente sob a taxa de remuneração da poupança e são restituídos às contratadas após o encerramento do vínculo, conforme previsto no § 4º do art. 70 da lei supracitada.

b. Ações judiciais

Valores devidos em virtude do julgamento da improcedência de ação declaratória de indébito tributária impetrada pela Companhia.

15. Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital subscrito no valor de R\$ 20.000.000 está representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que 19.999.999 destas pertencem à Prefeitura Municipal de São Paulo.

Do capital subscrito, R\$ 7.300.000 estão a integralizar.

b. Prejuízos Acumulados

A SP Parcerias encerrou o exercício com resultado positivo de R\$ 1.475.598, reduzindo assim, seus prejuízos acumulados em mais de 36%, passando de R\$ 4.075.985 em 2020 para R\$ 2.600.387 em 2021.



16. Receita operacional

As receitas da SP Parcerias são oriundas de transações com partes relacionadas, realizadas em condições estritamente comutativas e se referem à prestação de serviços inerentes ao seu objeto social.

Em 2021, essas receitas somaram R\$ 13.439.169, 14% maior que em 2020, sendo R\$ 3.287.340 de contrato firmado junto à Secretaria Municipal de Educação e R\$ 10.151.829 de contrato com a Secretaria de Governo Municipal.

Ressalta-se que, conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Prefeitura de São Paulo é acionista majoritária da SP Parcerias.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com prestação de serviços	13.439.169	11.776.972
(-) PIS	(221.746)	(194.320)
(-) COFINS	(1.021.377)	(895.050)
(-) ISS	(671.958)	(588.849)
Total	11.524.088	10.098.753

17. Custo com pessoal e pró-labore

O custo com pessoal e pró-labore faz frente à demanda de serviços contratados pelas Secretarias de Governo Municipal e de Educação.

18. Custo com amortização

	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso de imóvel (a)	77.119	77.119
Direito de uso de software (b)	29.747	14.709
Direito de uso de ativo (c)	1.359	-
Total	108.225	91.827

- A rubrica é composta pelo valor correspondente à amortização do direito de uso do imóvel utilizado na alocação da equipe técnica da Companhia.
- Trata-se da amortização dos softwares de arquitetura utilizados na elaboração dos produtos.
- Corresponde à amortização do direito de uso da impressora utilizada na área de projetos.



19. Custo com ocupação

	31/12/2021	31/12/2020
Condomínio	33.981	38.549
Limpeza	20.270	37.046
Energia Elétrica	9.918	5.634
IPTU	3.285	3.961
Dedetização	430	-
Aluguel	-	8.697
Total	67.884	93.888

A redução dos custos com limpeza é resultante dos esforços da administração em renegociar contratos ou firmar novos contratos em condições mais vantajosas para a Companhia.

20. Outros custos

	31/12/2021	31/12/2020
Locação de computadores e softwares (a)	110.560	79.216
Levantamento planialtimétrico (b)	20.000	-
Tecnologia da informação (c)	18.144	84.215
Avaliação de imóveis (b)	14.300	-
Internet	11.545	1.074
Transporte por aplicativo	1.226	-
Manutenção de ar condicionado	975	-
Assinaturas de jornais e revistas	599	-
Serviços de gráficas	396	-
Consultas de matrículas de imóveis (b)	168	-
Serviços de impressão	167	1.362
Total	178.080	165.867

a. Refere-se à contratação de computadores e licenças de Office 365.

b. Trata-se de valores dispendidos na execução de serviços necessários ao desenvolvimento dos produtos relacionados aos projetos de imóveis.

c. A considerável redução, assim como ocorreu com o contrato de serviço de limpeza, é consequência dos esforços da gestão em firmar contratos sob condições mais vantajosas.



21. Despesa com pessoal e pró-labore

As despesas com pessoal e pró-labore referem-se aos gastos com pessoal alocado na execução das atividades de área-meio.

22. Despesa com serviços de terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
Suporte ERP (a)	55.169	1.500
Locação de computadores e softwares	44.343	40.640
Assessoria Contábil (b)	39.063	82.756
Auditoria (c)	27.383	42.533
Limpeza	20.270	37.046
Tecnologia da informação (d)	18.144	84.215
PCMSO/PPRA e exames médicos	2.857	2.517
Leitura e recorte de jornais	2.512	1.990
Serviços de impressão	2.458	3.756
Suporte Servidor	607	121
Serviços diversos prestados por terceiros	-	6.800
Total	212.805	303.874

- Ao final de 2020, a Companhia optou pela internalização das atividades de contabilidade, fiscal e departamento pessoal. Para isso, foi necessária a implantação de sistema ERP, que propiciou a integração de diversos processos, supressão de retrabalhos e maior confiabilidade e tempestividade à geração de relatórios necessários à tomada de decisão. Além da internalização dos serviços mencionados, ocorreu significativa melhora na gestão financeira e de contratos, bem como nos controles internos da Companhia.
- A redução apresentada é decorrente da internalização dos serviços de consultoria contábil, fiscal e de departamento pessoal, conforme mencionado anteriormente.
- A rubrica é composta pelos serviços de auditoria independente trimestral das demonstrações financeiras (R\$ 17.983), auditoria interna de preparação para a manutenção da certificação da ISO 37001 (R\$ 6.600) e auditoria de manutenção da ISO 37001 (R\$ 2.800).
- Conforme já mencionado, a redução ocorreu em virtude dos esforços empregados pela gestão em firmar contratos sob condições mais vantajosas.



23. Despesa com ocupação

	31/12/2021	31/12/2020
Condomínio	33.981	41.784
Energia Elétrica	13.369	14.819
IPTU	3.285	3.961
Manutenção e reparos	2.763	13.877
Telefone	1.343	792
Dedetização	430	-
Aluguel	-	9.806
Total	55.172	85.039

24. Despesas gerais

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros	28.575	34.002
Internet	11.545	1.074
Locação de central telefônica	8.423	10.800
Multas contratuais	6.664	-
Transporte por aplicativo	4.319	5.474
Locação de máquina de café	3.439	1.215
Taxas diversas	3.391	2.707
Bens de natureza permanente	2.888	5.804
Coffee break	2.054	-
Gerenciamento de contratos estagiários	1.437	2.246
Hospedagem de site	1.199	3.163
Materiais de uso e consumo	1.113	4.582
Manutenção de ar condicionado	975	-
Certificados digitais	769	1.537
Materiais de escritório	615	118
Correios	377	728
Serviços de gráficas	193	901
Cartório	97	1.244
Fretes e carretos	-	7.840
Total	78.074	83.438



25. Despesa com depreciação e amortização

O registro é composto, substancialmente, pela amortização do direito de uso de imóvel (R\$ 77.119) e depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros (R\$ 30.211).

	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso de imóvel	77.119	77.119
Benfeitorias em imóveis de terceiros	30.211	24.880
Móveis e utensílios	9.288	8.067
Equipamentos de informática	8.146	10.438
Direito de uso de ativo	3.131	3.602
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.034	1.070
Licença de uso de software	517	894
Total	129.445	126.070

26. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Multas contratuais (a)	16.551	-
Honorários advocatícios	3.637	-
Recuperação de despesas	706	1
Restituição de crédito NF do Milhão	59	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(22.356)
Ações judiciais	-	(19.884)
Perdas estimadas de tributos não recuperáveis	-	(30.941)
Provisão/reversão de provisões para contingência	-	19.884
Doações (b)	(1.973)	(1.067)
Baixas de ativo imobilizado e intangível	(2.346)	(3.723)
Total	16.634	(58.086)

a. Trata-se de honorários sucumbenciais recebidos após julgamento de improcedência de ação ajuizada por fornecedor, após a aplicação de penalidade pelo não cumprimento de obrigações contratuais.

b. Foram realizadas doações ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FUMCAD e Fundo Municipal do Idoso a título de incentivo fiscal, no importe de R\$ 968,68 cada, conforme previsto nas Leis Federais nº 12.594/12 e nº 12.213/2010 e no Decreto Municipal nº 59.098/2019.



27. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	209.968	201.456
Despesas financeiras	(48.413)	(110.481)
Total	161.555	90.975

28. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A memória do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada abaixo:

Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.911.704
Adições do período (a)	344.506
Exclusões do período (b)	(1.042.676)
Compensação de prejuízo fiscal	(364.060)
Total da base de cálculo	849.474
IRPJ (15%)	127.421
Base de cálculo do adicional de IRPJ	609.474
Adicional de IRPJ (10%)	60.947
IRPJ total	188.368
PAT	(5.097)
Incentivo fiscal (doações)	(1.973)
IRPJ corrente	181.298
CSLL corrente	76.453
Lucro diferido	850.232
Compensação de prejuízo fiscal	(255.069)
Total da base de cálculo	595.162
IRPJ (15%)	89.274
Base de cálculo do adicional de IRPJ	355.162
Adicional de IRPJ (10%)	35.516
IRPJ diferido	124.791
CSLL diferida	53.565
IRPJ total (corrente + diferido)	306.089
CSLL total (corrente + diferida)	130.017



- a. Os valores adicionados referem-se, substancialmente, às despesas indedutíveis, como por exemplo, amortizações e encargos financeiros dos contratos de arrendamentos, diferenças temporárias entre as depreciações/amortizações contábil e fiscal e lucros diferidos de exercícios anteriores.

Enquanto a depreciação/amortização contábil é calculada aplicando-se a taxa definida pela administração com base da vida útil estimada do ativo, a depreciação/amortização fiscal é calculada aplicando-se a taxa definida pela Receita Federal do Brasil na Instrução Normativa nº 1700/2017.

- b. As exclusões são compostas pelos pagamentos dos contratos de arrendamentos e diferimento de lucro previsto no art. 480 do Decreto Federal nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda).

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Risco de crédito

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, reconhecidas nas demonstrações financeiras e que se destinam a atender suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos.

A SP Parcerias restringe a exposição a riscos de crédito associados a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha e com remuneração em títulos de renda fixa e de curto prazo.

b. Risco de liquidez

É representado pela possibilidade de não possuir ativos financeiros suficientes para cumprir com as obrigações nas suas respectivas datas de vencimento. A fim de minimizar tal risco, a administração preza pela eficiência na aplicação de recursos e manutenção de disponibilidades robustas que possam garantir a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações de curto prazo.

c. Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado, principalmente, à possíveis mudanças no cenário político-econômico, que podem impactar diretamente a área de concessões e parcerias público-privadas.

O objetivo da Companhia é gerenciar e controlar a exposição aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis com o negócio.

d. Risco operacional

São os riscos diretos e indiretos decorrentes de diversas causas associadas aos processos e atividade da Companhia.



A administração, auxiliada pela Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, empenha-se continuamente na efetiva aplicação e otimização dos controles internos, bem como na sua significativa ampliação e fortalecimento, melhorias dos fluxos procedimentais, padronização dos documentos, organização e controle de registros e definição clara de atribuições e responsabilidades.

Entre as diversas e constantes atividades, cita-se a realização da auditoria interna do *gap analysis* e da auditoria do Sistema de Gestão Antissuborno da Companhia e que resultaram na manutenção da Certificação ABNT NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno à SP Parcerias.

30. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros era composta por R\$ 1.872.000 contra incêndios e R\$ 12.000.000 para responsabilidade civil.

31. Informações complementares de interesse público - Lei nº 13.303/2016

O interesse público que justificou a criação da SP Parcerias se evidencia na própria natureza do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, os quais reúnem o conjunto dos projetos de parcerias com a iniciativa privada, cujas viabilizações são expressas no objeto social da Companhia, entre outras. Assim, em atendimento às exigências de divulgação de dados operacionais e financeiros das operações relacionadas ao objeto social e à consecução dos fins de interesse público, verifica-se que foram estruturados projetos que geraram receita operacional líquida de R\$ 11.524.088 e custos de serviços prestados de R\$ 6.340.770.

32. Eventos subsequentes

Até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras, não ocorreram “eventos subsequentes” significativos que pudessem ser divulgados ou registrados, em conformidade com os requisitos do CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Nátany Alves Boldo
Gerente
CRC 1SP309554/O-1

Rogério Ceron de Oliveira
Diretor-Presidente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
SÃO PAULO PARCERIAS S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A** (Companhia), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e, emitimos relatório em 19 de março de 2021, sem modificação sobre estas demonstrações contábeis.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,



individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa



independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas/SP, 09 de março de 2022.



CRC2SP023856/O-1

ROBERTO
ARAUJO DE

SOUZA:06455621
816

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3
Sócio Responsável

Assinado de forma digital
por ROBERTO ARAUJO DE
SOUZA:06455621816
Dados: 2022.03.11
11:06:28 -03'00'



Aprovação do Conselho de Administração

Observados os termos do art. 142, V da Lei federal nº 6.404/1976, o Conselho examinou o Relatório Anual Integrado da Administração, o qual demonstra as informações mais relevantes e os principais destaques do ano de 2021, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas pela Staff Auditoria & Assessoria – EPP em 09 de março de 2022. De forma unânime, aprovaram os documentos, requerendo-se que o Conselho Fiscal, nos termos do art. 163, II e VII da Lei federal nº 6.404/1976, emita seu parecer e, por conseguinte, a matéria seja submetida à deliberação em Assembleia Geral dos Acionistas.

Edson Aparecido dos Santos

Conselheiro

Eduardo de Castro

Conselheiro

Gustavo Garcia Pires

Conselheiro

Juan Manuel Quirós Sadir

Conselheiro

Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes

Conselheiro

Mariana Matteucci Doher

Conselheira

Rubens Naman Rizek Junior

Presidente do Conselho de Administração



Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO PARCERIAS S.A, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, declaram que procederam ao exame do Relatório Anual Integrado da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas pela Staff Auditoria & Assessoria – EPP, em 09 de março de 2022, e que são de PARECER FAVORÁVEL, consignando-se que os documentos apresentados representam a efetiva situação econômico-financeira da São Paulo Parcerias S.A., em 31/12/2021 e, que reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

Claudia Bice Romano

Conselheira

Eliane Ostrowski

Conselheira

Marcelo Soares de Souza

Presidente do Conselho de Fiscal



São Paulo Parcerias S.A.
CNPJ 11.702.587/0001-05
Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, cjs 25C e 25D
Centro Histórico – São Paulo/SP – CEP 01009-907
Tel. +55 11 3343-6000